

81'J
A474m

C 92458970

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATOGROSSO - UNEMAT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

JOSÉ DIAS ALVES



MERCADO LINGÜÍSTICO E VALORIZAÇÃO SOCIAL: A NORMA DOS
GUARDADORES DE CARRO E DE MOTORISTAS DA CIDADE DE CÁCERES-MT

PONTES E LACERDA
DEZEMBRO/2011

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATOGROSSO - UNEMAT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

JOSE DIAS ALVES

**MERCADO LINGÜÍSTICO E VALORIZAÇÃO SOCIAL: A NORMA DOS
GUARDADORES DE CARRO E DE MOTORISTAS DA CIDADE DE CÁCERES-MT**

Monografia de Conclusão de Curso de
graduação em Letras, apresentada ao
Departamento de Letras (DL) da
Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT, Campus Universitário de Pontes e
Lacerda, como requisito parcial para obtenção
do título de graduado em Letras.

Orientadora: Profª. Me. Ana Maria Macedo

PONTES E LACERDA
DEZEMBRO/2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária

A474m

Alves, Jose Dias

Mercado lingüístico e valorização social: a norma dos guardadores de carro e de motoristas da cidade de Cáceres. / Jose Dias Alves. Pontes e Lacerda, 2011.

41p.

Inclui bibliografia.

Anexo

Orientação: Prof.^a Msc. Ana Maria Macedo.

Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada ao Departamento de letras da UNEMAT.

1. Linguística. 2. Linguagem – estudo e ensino. 3. Classe social. 4. Pronúncia. I. Macedo, Ana Maria. II. Título.

CDU: 81'1

JOSÉ DIAS ALVES

Pontes e Lacerda – MT, XX de dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Me. Ana Maria Macedo
Orientadora

Prof. Dr. José Leonildo Lima
Membro

Prof. Esp. Weverton Ortiz Fernandes
Membro

Nota _____

*Dedico este trabalho a **todos aqueles** que almejam, acreditam e lutam para que um dia tenhamos uma educação de qualidade e que preguem os valores de igualdade social.*

A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. (BOURDIEU, 1977, p. 5-6).

*Agradeço primeiramente a Deus por
me conceder saúde e força para poder ir até o fim
deste curso.*

*Aos meus irmãos e pais, que sempre me
apoiaram e estiveram presentes no decorrer do
meu curso, de forma direta ou indireta, em especial
ao meu irmão/amigo Claudeir Dias, que me
estendeu a mão na hora em quemais precisei: o
momento em que tive
que deixar meu emprego para ir atrás de algo que
pudesse medar uma vida mais digna. Ao
meu Avô pai (avô e pai) Lázaro Dias Gomes,
que de forma cautelosa e paciente, contribuiu
para minha formação e proporcionou incentivo e
fez para que um dia concluísse um ensino superior.
Não deixo de citar minha mãe Helena Maria
Dias. Ela, por ter cuidado de mim enquanto
peço e teve saúde, me deu a educação para que
pudesse fazer parte do mundo de maneira social.
Meu irmão Valdivino Luiz Dias, que de
forma indireta me influenciava para que
estudasse e quem sabe um dia ser "alguém". Ao
meu amigo Paulo Vieira da Silva Júnior, que
de maneira amigável incentivou e deu
tudo ao possível para que concluísse esse curso.*

*Aos meus professores, que
contribuíram com os direcionamentos de
pesquisas acadêmicas em especial a professora*

*Mestra Ana Maria
Macedo, que diretamente me auxiliou para a
realização deste trabalho Monográfico.*

RESUMO

Este trabalho monográfico parte da linguística antropológica para analisar a norma usada pelos guardadores de carro da cidade de Cáceres em comparação à norma usada pelos motoristas que freqüentam a praça por lazer. Para tanto, partimos do conceito de norma de Coseriu (1997) e de regulação linguística Corbeil (2001) e capital linguístico Bordieu (1977) para mostrar que as diferentes culturas levam a diferentes maneiras de dizer o que corrobora para o preconceito, já que a regulação linguística põe à frente uma determinada norma. Por meio de entrevista, percebemos que os guardadores de carro usam uma norma desprestigiada e os motoristas usam uma norma pautada na escrita. Assim, nesta difícil constatação da realidade, vista de um ponto analítico voltado para análise do padrão linguístico dos sujeitos social, durante o desenvolvimento da pesquisa, realizada em um estacionamento público no município de Cáceres, podemos verificar que as pessoas são pré-julgadas pelo linguajar que utilizam para se comunicar e tal linguajar vai excluindo-o e deixando-o à margem da sociedade, por não fazerem uso da linguagem tida como padrão ideal, em muitos casos normativos.

Palavras-chave: exclusão, marginalização, classe social, sociolinguística, cidadão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I	14
NORMA E REALIDADE LINGUÍSTICA OU NORMA X ERRO	14
CAPITULO II	21
REGULAÇÃO LINGUÍSTICA E CAPITAL LINGUÍSTICO	21
CAPITULO III	28
NORMA E VALORIZAÇÃO SOCIAL	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXO	40

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema partiu da necessidade de entender os fatores que levam o sujeito a ser analisado e rotulado como pertencente a uma classe social sendo esta de grande representação ou não, e ainda, muitas vezes deixado à margem do contexto social. Portanto, estabelecer relações entre as variações lingüísticas implica analisar situações e acontecimento em que o discurso tem a função de constituir comunicação entre o emissor e o receptor de forma clara e sem equívocos.

Conhecer melhor as variações linguísticas determina como as relações sociais são entendidas e compreendidas, manifestando uma necessidade de observar questões pautadas no uso da língua, incluindo o discurso formal e os padrões culturais relevantes em determinadas situações do contexto social. O sujeito, enquanto autor do discurso, não faz uso da linguagem simplesmente como meio de comunicação, mas como intermédio de relações sociolinguísticas, fator determinante para sua permanência na sociedade.

As interferências culturais e linguísticas contribuem para a formação do indivíduo. É esta relação que vai determinar em que classe ou contexto o sujeito será inserido e executará suas funções sociais. De fato, não é fácil fazer uso de padrões pré-determinados da língua, assim este sujeito necessitará passar por uma formação para adequar-se às formalidades linguísticas.

Foram abordadas no desenvolvimento deste trabalho situações em que se captam as expressões gramaticais percebidas nas falas dos guardadores de carros e usuários do estacionamento público da cidade de Cáceres as quais contrapõem à gramática normativa.

O desenrolar desta pesquisa teve como base o projeto sobre "Os Sentidos dos Guardadores de Carros" que fora desenvolvido na cidade de Cáceres/MT na disciplina de Sintaxe, que evidencia bem a realidade do sujeito que é tido como ignorante por não se portar de acordo com os padrões ideais de comportamento e

vocabulário adequado. Quando a pessoa não está em consonância com o que se espera dela, ela é tida como ignorante. Entretanto, devemos levar em consideração não apenas o grau de escolaridade, vestimentas ou contexto social, mas padrões culturais que o indivíduo traz consigo e que fazem parte do seu histórico cultural e social, bem como a situação imposta ao sujeito em determinados contextos.

A presente proposta discute a fala em desacordo com a norma-padrão e, ainda, até que ponto este preconceito contra quem assim fala está implementado na sociedade. A motivação para a presente pesquisa teve início na curiosidade de entender e perceber de que maneira estes sujeitos que vivem, de certa forma, excluídos da sociedade dita superior são vistos e como estes sujeitos vêm a sociedade.

O objetivo é mostrar a importância de compreendermos os sentidos produzidos nas falas em relação ao ponto de vista da norma culta, bem como a pré-classificação que a sociedade atribui a essas pessoas e os sentidos que estas pessoas atribuem à sociedade, por se encontrarem em uma situação menos favorável, o que muda sua condição de cidadão com relação aos outros. Por ser um assunto extenso e complexo, focalizaremos nossa pesquisa apenas nos conceitos de norma e a regulação linguística.

Para a coleta dos dados, realizamos entrevistas com 03 (três) pessoas que moram na rua e se intitulam guardadores de carros e 03 (três) pessoas que utilizam o espaço público.

O trabalho está fundamentado no apoio teórico de Aléong (2001), Alkimim (2001), Bagno (2001, 2002), Castilho (2002), Corbeil (2001), Coseriu (1967), Faraco (2002), Ilari (2002), Lucchesi (2002), Saussure (1969), que discutem sobre a variação da língua, bem como o conceito de norma e regulação linguística. Utilizarei também Bourdieu (1977), embora este não seja linguista, pelo fato de ele abordar o conceito de que "toda ação é uma conjuntura", ou seja, ele busca analisar a língua em suas singularidades, funcionamento interno e ainda explicações aos diferentes posicionamentos do emissor e do receptor em um dado momento da fala.

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos. No primeiro, procuro especificar e explanar os conceitos de norma e realidade linguística ou

norma x erro. No segundo capítulo, procuro mostrar a regulação linguística e capital linguístico. E no terceiro e último capítulo apresentaremos a análise realizada.

CAPITULO I

NORMA E REALIDADE LINGUÍSTICA OU NORMA X ERRO

A linguagem está presente em diversas situações do nosso cotidiano. Os meios de nos relacionarmos com este recurso podem ser variados: por meio da comunicação verbal, não-verbal, através de símbolos, cores, gestos e, o mais usual, a oratória. A língua falada nem sempre condiz com a escrita, isso ocorre porque a língua escrita é formal cheia de normas e regras a serem seguidas.

O conceito de norma imposto à sociedade decorre do fato de que quem fala de acordo com a norma pré-estabelecida é considerado culto, caso contrário, não. Nesse sentido, se o indivíduo não adota a norma estabelecida pela gramática normativa, é visto como alguém que comete erro em relação ao uso da língua, contudo ninguém comete erro em língua, exceto nos casos de ortografia. O que normalmente se comete são desvios da norma culta.

Conforme a necessidade de instituir um objeto de estudo para a linguística, Saussure apresenta a primeira dicotomia entre "Langue x Parole". Para ele, a língua é um sistema de signos de caráter coletivo e a fala de caráter individual, não sendo possível abarcar suas dimensões. Salientamos que, no Curso de Linguística Geral, Saussure propõe um estudo da língua como um sistema de signos, sendo que a língua "é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo que, por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la" (SAUSSURE, 1969, p.22).

Em sua dicotomia, Saussure (1969) exprime que a língua não constitui uma função do falante, mas "é o produto que o indivíduo registra passivamente", enquanto a fala é "um ato individual de vontade e inteligência", no qual convém dizer que "o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal" (SAUSSURE, 1969, p.22) e, com isso, permite exteriorizar suas combinações.

Partindo dessa ideia sobre língua e fala, Coseriu (1967) vai um pouco além de Saussure, quando propõe a teoria triádica "*Sistema, Norma y Hablas*" o que, em

outras palavras, admite a possibilidade de discriminar a língua em partições diferentes, não se opondo, contudo, ao sistema já abordado por Saussure.

Através desse estudo, Coseriu institui uma força com relação aos estudos feitos sobre o sistema linguístico, o que o faz admitir uma visão da linguagem como uma atividade criadora e, para isso, busca em Saussure sua tradicional dicotomia "Langue x Parole", interpretando-a como um **Sistema**(Língua) e **Fala** (Realização desse Sistema), o que vale dizer que o sistema aborda o coletivo e o convencional admitido pelos falantes da língua. Já a fala é a realização do sistema pelos indivíduos, admitindo, assim, variações de falante para falante.

Assim, o conceito norma é definido estruturalmente pelo fato de na língua haver elementos que são repetidos na fala de determinadas comunidades, o que leva Coseriu (1969) a defender que sobre a langue (sistema funcional) pode-se estabelecer o sistema normal (norma). Para Coseriu (1969, p.69), a norma é uma abstração que poderia abarcar "esses elementos normais e constantes em uma língua e, sem embargo, não pertinentes do ponto de vista funcional".

Segundo Coseriu (1969, p.99), a norma pode concordar aparentemente com o sistema, desde que este ofereça possibilidades de o falante considerar essa norma, mas isso não significa descarte do conceito, de sistema uma vez que ambos - norma e sistema - falam sobre planos diferentes das abstrações. "Em sua atividade linguísticas, o indivíduo conhece e não conhece a norma e tem maior ou menor consciência do sistema. Ao conhecer a norma, se guia pelo sistema, podendo estar ou não de acordo com a norma."

Coseriu vê o sistema como uma série de elementos de oposições funcionais e abstratos, funcionando não como um conjunto de imposições, mas sim de possibilidades. Todavia, esse sistema funciona como uma "vassoura" eliminando tudo o que é de diferente nas diferentes normas, e deixando o que tem em comum entre elas, possibilitando estruturas. Em outras palavras, podemos, por assim dizer, que Coseriu propunha que o sistema atribuiria uma espécie de conhecimento virtual no falante denominada de "A Posse linguística", o que para Saussure, (1969, p.21) vale dizer "um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro...". Deste modo, podemos afirmar que fazem parte do sistema

aquelas manifestações comuns dos atos individuais que passam pela norma da comunidade lingüística. Para o autor,

El sistema es un sistema de posibilidades, de coordenadas que indican caminos abiertos y caminos cerrados: puede considerarse como conjunto de «imposiciones», pero también, y quizá mejor, como *conjunto de libertades* (...) de un hablar comprensible en una comunidad (...), la norma, a su vez, es un sistema obligatorio de los logros, dedicada y culturalmente: no lo que se puede decir pero lo dicho está dicho y tradicionalmente se considera en la comunidad (...) El sistema tiene una manera ideal de construir un lenguaje (...) la norma, a su vez, corresponde a la configuración del idioma de manera tradicional, y en este sentido, precisamente, la norma representa el equilibrio todo el tiempo sincrónico (tanto externa como interna) del sistema. (Coseriu 1967, p. 96-98).

O termo **norma** foi avaliado por Coseriu (1969, p. 73) como “variável, segundo os limites e a índole da comunidade considerada”. Ela constitui um grau de formalização entre as estruturas tradicionais na comunidade dos falantes, assim podemos deduzir que **norma** é aquilo que em uma determinada comunidade lingüística é normal aos seus falantes.

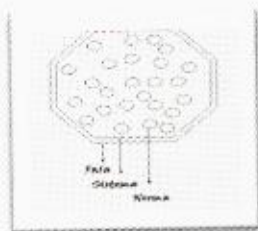
O conceito **Norma** é comum a um determinado grupo social ou regional, sempre respeitando a cultura de cada indivíduo e seu contexto histórico-social. E assim, a língua é tida como um código funcional com regras e sistemas, que organizam suas normas e variantes linguísticas.

No entanto, relacionando o conceito de Norma com Sistema, por meio da ideia de Coseriu, percebemos uma dupla abstração, ou seja, elimina aquilo que é de subjetivo e estabelece uma norma única geral à sociedade falante. Surgem então dois conceitos de norma: a de caráter social, que define o que é imposto por uma dada comunidade e a individual, que é aquela própria de cada indivíduo. Conforme Coseriu,

El sistema se presenta, en efecto, desde este punto de vista, como una entidad abstracta, «una red de funciones», que se realiza en formas sociales determinadas y más o menos constantes, las cuales constituyen un sistema de realizaciones normales, también abstracto (*norma*), que, su vez, se realiza en *normas individuales*, así como éstas se realizan en la infinita variedad y multiplicidad de la actividad lingüística concreta. (COSERIU, 1967, p. 97).

Portanto, percebemos que, em Coseriu, a língua pode ser entendida, em um primeiro momento, como função, para depois ser vista como sistema. A língua funciona não por ser um sistema, mas por constituir um sistema a partir do momento

em que cumpre uma função (seja ela social, histórica, individual) e tal função liga a língua a fatores históricos que imprimem marcas na organização sistêmica da própria língua.



Devemos ter em mente que o processo dialético do *Falar* inclui movimento entre criação e repetição, pois neste ato, todas as variações que o falante usa podem ser acrescentadas às inúmeras estruturações linguísticas já formuladas e aceitas socialmente. As línguas variam em razão de condições situacionais que afetam os falantes, sejam condições como os espaços geográficos ou históricos, o que significa que, se elas mudam, mudam porque são faladas.

Partindo dessa ideia, apoiamo-nos em Castilho (2002, p.28), que atribui ao processo de comunicação a relação de "filtros" "como condições variáveis, decorrentes da situação do emissor e do receptor em determinadas circunstâncias". Para Castilho, os chamados "filtros" cobrem as diferentes lacunas sejam elas, temporal (variantes diacrônicas), geográficas, sociais, intraindividual (variantes do formalismo ou registro) e individual. Tais variantes podem correlacionar de diferentes formas, resultando assim a complexidade dos usos linguísticos, exercendo grande interferência com relação ao uso da língua falada.

Castilho (2002, p.29) destaca também dois conceitos em relação à *norma*, um como conceito amplo e outro o conceito estrito. No conceito amplo da norma, "ela é entendida como um fator da coesão social.". Já no conceito estrito, "corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio.". Isso significa dizer que a própria comunidade corrige as execuções que representam os chamados "desvios da norma", uma vez que, ao corrigir tais desvios, o indivíduo está procurando integrar em uma comunidade amplamente considerada, portanto "o que move é a pressão social que unifica os traços culturais para que não se perca a identidade do grupo."(CASTILHO, 1978 p.29).

De acordo com Castilho (2002, p.25), "os linguístas mostram que a norma é uma variedade à qual a comunidade de fala atribui um conceito maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação." Para o autor (2002, p.30), norma representa "os usos e identidades de uma classe social de prestígio, sobre que se erguem as chamadas 'regras do uso bom'". O autor expõe ainda que o conceito lingüístico de norma abriga três aspectos: a norma objetiva (ou o padrão real), a norma subjetiva (ou padrão ideal) e a norma pedagógica (ou padrão escolar).

As normas objetivas ou padrão real são descritas pelo autor como sendo uma "linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio", que podemos identificar como sendo a norma culta ou escolarizada, "decorrendo seu prestígio unicamente da importância da classe social a que corresponde." (p. 30). Acerca das normas subjetivas ou padrão ideal, pode-se dizer que seja a atitude assumida do falante perante a norma objetiva. Segundo Castilho (1978, p. 30), "Essa atitude corresponde ao que a comunidade lingüística 'espera que as pessoas faça ou digam em determinadas situações.'"

Deparamo-nos, por fim, com a norma prescritiva, que é aquela que decorre da combinação das outras duas normas citadas anteriormente, embora não esteja salva dos fenômenos da variação da língua. Pode-se dizer que

Merecem ser ensinados os usos linguísticos de uma classe prestigiosa considerados mais adequados a cada situação e melhor identificados com o ideal de perfeição linguística. É em nome do caráter unificador da norma prescritiva que se pode aceitar sua feição impositiva. Toda sua autoridade decorre das próprias regras sociais. (CASTILHO, 2002 p.30).

Percebemos, então, que a norma padrão faz parte de um contexto social que incumbe os indivíduos a ela pertencentes a produzirem textos consonantes com a norma socialmente prestigiada. Ao indivíduo, não basta, portanto, conhecer apenas uma modalidade de língua, tem que conhecer a língua popular para assim conhecer suas regras sociais e posteriormente fazer uso da língua culta, para conviver em harmonia na sociedade. É nesse sentido que Bechara (1997, p.14) afirma ser função da escola "transformar seu aluno num poliglota dentro de sua língua, possibilitando-lhe escolher a língua adequada a cada momento de criação."

No Brasil, Marcos Bagno muito tem discutido questões relativas às normas linguísticas, priorizando, nas discussões, o que ele chama de preconceito linguístico.

Nessas discussões, o conceito de norma está presente para validar alguns conceitos. Segundo Bagno(2001), um dos conceitos de norma “poderia ser chamada de tradicional, do senso comum ou ideológico, constituído, portanto menos um conceito do que um preconceito, uma grade de critérios avaliativos para o estabelecimento de juízos de valor dicotômicos.”(p.109). O conceito exposto são as ideologias que se esperam em relação a uma dada situação com contexto pré-constituído. O preconceito é o conhecimento prévio de uma determinada situação e suas possíveis variações.

Na visão tradicional, é considerado erro tudo aquilo que não está de acordo com a norma-padrão. O português que usamos hoje veio da necessidade da elite neutralizar as variações linguísticas e controlar as mudanças, conforme Faraco (2002). Para esse autor, “A norma culta diz respeito à variedade utilizada pelas pessoas que têm mais proximidade com a modalidade escrita e, portanto, possuem uma fala mais próxima das regras de tal modalidade.”(FARACO, p.40). Assim,

Toda língua comporta variações de duas ordens: em função do falante (ou, em termos de comunicação, do emissor) e em função do ouvinte (ou do receptor, e também das circunstâncias em que a fala produz). (ARYON, 2002, P. 11-12:).

Os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura, ao passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações. “Freqüentemente o padrão ideal é uma regra de comportamento para a qual tendem os membros da sociedade, mas que nem todos cumprem, ou não cumprem integralmente.” (Aryon, 2002, P. 13:).

Bagno(2001, p.108) faz uma observação interessante com relação à norma quando afirma que a “fala é básica no aprendizado da língua. A língua falada é adquirida por praticamente todos os seus usuários antes que possam, ou se puderam, ler ou escrever.”. Portanto, a fala costuma ser menos vigiada e menos normalizada que a escrita, desde que o falante respeite a gramática do idioma. As pessoas são julgadas pela forma de vestir, comportar-se e pela classe social a que pertencem, e a fala (a norma usada) serve de instrumento de avaliação e de confirmação do julgamento. São poucas as pessoas que fazem o uso

norma prescrita pelas gramáticas normativas, até mesmo por se tratar de norma pautada na escrita literária. Quem domina e faz uso de tal norma é visto como culto.

Nessa perspectiva, Faraco (2002, p 39), afirma que

É inevitável o contato entre essas muitas normas no intercâmbio social, o que redundará em múltiplas interinfluências (as normas são, portanto, hibridizadas) e também eventualmente em mudanças linguísticas em diferentes direções.

Devemos considerar que a norma-padrão tem como evidências as regras gramaticais da escrita. Em contrapartida, considera-se a fala do senso comum como erros de linguagens. Mas o que acontece com a norma-padrão é que ela passa por adequações que são chamadas de variações linguísticas, que são normas moldadas de acordo com a realidade do sujeito. Portanto, a variação nas formas linguísticas decorre principalmente das diferenças sociais e geográficas, e essas diferenças fazem com que o indivíduo que domina a norma-padrão seja evidenciado como superior ou tido como intelectual.

CAPITULO II

REGULAÇÃO LINGUÍSTICA E CAPITAL LINGUÍSTICO

As pessoas têm particularidades apesar de os contextos sociais exigirem delas padrões linguísticos e comportamentais previamente estabelecidos. A linguagem é que define o status e/ou papel que o sujeito irá exercer/assumir na sociedade. A Antropologia linguística visa identificar fatos na história que, com suas particularidades, marcaram a linguagem, e apontaram que ganhos à linguística trouxeram para os novos grupos e contextos sociais.

Para a inserção do sujeito em uma dada situação, ele será prejudicado não apenas por dominar a norma padrão, mas também pelo modo como ele se porta perante as situações que exigem um grau de conhecimento mais elevado.

Assim, de acordo com os estudos da linguística antropológica sobre a norma, poderemos constatar que a língua é um fato social, uma vez que é através dela que realizamos as tarefas de comunicações. Implica, ainda, na existência de vários falantes, para que o ato de comunicar possa se apresentar como uma interação entre os indivíduos, e esta interação está suscetível de tomar as formas mais variadas, pois segundo Aléong (2001),

Enquanto veículo simbólico, a língua faz parte de um conjunto de meios de interação simbólica que compreendem sobretudo o não-verbal, inclusive os gestos, a vestimenta, a estética corporal, o *savoir-vivre* em sociedade, e até mesmo as maneiras à mesa. (p. 147).

Podemos, por assim dizer, que o sujeito, quando inserido num determinado meio, deve se adequar de acordo com sua necessidade de comunicar com outros indivíduos, por meio de um linguajar próprio do ambiente. Isso poderá possibilitar sua inserção nesse meio e facilitar seu convívio social. É neste espaço que o sujeito tem contato com as diferentes normas, passando a compreender a importância de utilizar a norma adequada ao ambiente não somente para comunicar-se e expressar-se com clareza, mas para maior integração ao grupo. Ele não deve esquecer que em determinados contextos sociais é exigida a norma-padrão para se estabelecer conexões igualitárias em determinadas situações.

Em diversos estudos que abordam o conceito de sociedade, poderemos encontrar a ideia de que houve a necessidade de os homens juntarem-se em grupos os indivíduos que tinham os mesmos propósitos, gostos, preocupações, costumes. Para que isso ocorresse, havia a necessidade de comunicação ou interação entre si, para, assim, poderem construir uma comunidade e desfrutarem de seus benefícios. Desse modo, nota-se nessa comunidade a necessidade de se comunicar e, para que isso ocorra de forma compreensível e clara, há necessidade de se instituir um padrão a ser seguido por todos, e a esse padrão se denomina Norma. Aléong (2001, p. 147) define sociedade como

mais do que uma soma de indivíduos; ela é organizada segundo princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. O princípio de base é o da regulação social que impõe normas sociais ou esquemas de comportamento.

Para que o indivíduo seja aceito nessa determinada sociedade, faz-se necessário que este possua um mínimo de bagagem, uma vez que “a vida em sociedade exige um mínimo de bagagem cultural ou social” (ALÉONG, 2001, p. 148), para assim, esse novo integrante ser aceito através do processo que se pode chamar de “inculturação ou de socialização” (idem) do indivíduo.

Para compreendermos melhor, devemos ter em mente que a organização social deve ter pequenas “peças” que estão no princípio social, para que, somente depois, possa haver funcionamento, e tais peças podem ser a família, escola, entre outros. É por meio desses pilares que o indivíduo é inserido na vida social com os primeiros ensinamentos sobre valores morais e cívicos e passa, então, a construir uma identidade composta por sua pessoa mais a identidade social a qual pertence. Isso vai conferindo ao indivíduo um *status* “uma categoria ou uma posição numa estrutura hierárquica” (ALÉONG, 2001, p. 148).

A partir dessa base de formação do indivíduo, podemos perceber a relação entre o normal e o normativo, uma vez que o primeiro pode ser definido “no sentido matemático de frequência real dos comportamentos observados”(ALÉONG, 2001, p.148), já o normativo pode ser visto/tido como “um ideal definido por juízos de valores e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas”(ALÉONG, 2001, p.148). Mas no momento em que a sociedade não é mais toda homogênea e apresenta as divisões e distinções de caráter social e econômico o normal e o normativo podem variar de um grupo de

indivíduo para outro. A partir dessa concepção sobre sociedade, relata Aléong (2001, p.149) que

as normas sociais ou regras do comportamento são variadas e relativas. Variadas porque os agrupamentos constitutivos da sociedade também são variados, e relativos por que os juízos de valor só têm significações em relação ao grupo ou ao conjunto de referência no qual se situam os indivíduos.

Assim a língua em situação de interação com outro indivíduo tem em si um "certo tipo de comportamento indumentário" (ALÉONG, 2001, p.149), ou seja, o que faz o indivíduo escolher um determinado tipo de roupa que pode variar em conformidade com o que se pretende alcançar, de modo que, dependendo do local ou época, o sujeito pode sofrer sanções (que a própria sociedade a impõe) por vestir de determinado modo. Tais sanções implicam que o sujeito não está respeitando as normas e, com isso, não está se enquadrando aos padrões permitidos e/ou esperados pelo cidadão, evidenciando, desse modo, a desvalorização ou exclusão por parte do grupo. Se levarmos em conta tal ideia em relação ao comportamento linguístico podemos notar que as ideias caminham para uma relação entre a diversidade do comportamento linguístico e as divisões sociais e sua diferenciação de *status*. O que vale dizer que em cada grupo social a "língua é um meio de exprimir a qualidade das relações sociais" (ALÉONG, 2001, p. 150), condicionando, assim, o conteúdo e as formas de interação linguística.

Para tentar esclarecer melhor, recorreremos a Bagno (2002), que possibilita entender um pouco mais sobre a norma lingüística, quando afirma que

Estaremos aceitando, aqui, o conceito técnico de que os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum. Esse uso comum caracteriza o que se chama de a norma lingüística de determinado grupo. (BAGNO, 2002, p.38).

Neste trecho, o autor deixa claro que a definição da norma lingüística é feita por um grupo e sua cultura. Assim, a língua vai se diversificando e passando por adequações a cada grupo social, sejam jovens, comunidades rurais, ou pelas classes sociais, populações das periferias urbanas entre outras. Mas a norma culta será sempre a base de acesso a outras realidades sociais.

Partindo desse discurso, para Corbeil (2002), a lingüística antropológica está relacionada ao estudo e comportamento do ser humano e como ele faz uso deste recurso em meio à sociedade ou comunidade à qual pertence, pois para o autor "A

língua é um fato social" (p.175). Ao observarmos comportamento do ser humano, poderemos perceber que a linguagem se faz exatamente de "partes e composições diferentes" bem como de multiplicidade, de variação e de mudanças que ocorrem na sociedade. Em outras palavras, a língua muda conforme muda a sociedade, o que vale dizer que as diferentes maneiras ou características de um grupo ou de um infragrupo utilizar a língua vai determinar sua classe ou posição social. Ou seja, estudar a língua na perspectiva antropológica significa colocarmo-nos diante da língua como um fato cultural, em que é vista como um comportamento do ser humano.

Partindo dessa reflexão sobre a língua como um fato social, podemos perceber a língua como ato com que o indivíduo convive e que utiliza como meio de comunicação. Dizemos, então, que este indivíduo faz parte de um *grupo*, ou seja, jogos de instituições e de tradições fazem formar grupos que são compostos pela sociedade global em que está inserido o indivíduo. Por meio dessa inserção, forma-se então uma *cultura* e um *socioleto*, que, por sua vez, dentro dessa cultura/sociedade possuem seus *infragrupos*, constituídos por um conjunto de indivíduos mais ou menos considerável e/ou possuidores de características comuns tais como idade, sexo, nível econômico, escolaridade. A esse respeito, Corbeil (2001, p.177) discute que

Aos *infragrupos* correspondem uma *infracultura* e um *infradialeto*. (É para evitar o termo "subcultura", perigosamente pejorativo, que utilizamos o prefixo *infra* em vez de *substância*). De outro ponto de vista, o grupo pode fazer parte de um *supragrupo*, dotado de um *supraleto* e de uma *supracultura*, o que permite distinguir bem, por exemplo, a cultura e o *socioleto* quebequense da *supracultura* e do *supraleto* Francês (...). O conjunto assim organizado (Indivíduo – *infragrupos* – grupos – *supragrupos*) constitui um *continuum* ao mesmo tempo lingüístico e cultural formado de um núcleo (...) e de modulações mais ou menos numerosas e importantes enxertadas sobre o núcleo.

A sociedade é organizada seguindo regras de enquadramento social, condicionando a pessoa a agir de acordo com os esquemas de comportamento satisfatórios à sociedade. Entretanto, o indivíduo é analisado pela bagagem cultural ou social que adquire por meio da socialização. Sabemos, portanto, que a vida social é constituída da interação do sujeito com o meio, onde ele constrói sua identidade e entende que será necessário fazer parte de um grupo ou camada

social. O indivíduo deve ter consciência do seu papel nas estruturas hierárquicas e de que forma desempenhará sua função.

Percebemos, então, que uma sociedade é composta por várias culturas, gostos, vontades e até mesmo dialetos. Para que tudo isso funcione de maneira harmônica, faz-se necessário o uso de um conjunto de regras compostas de sua gramática. São essas regras que vão ditar as normas que essa determinada sociedade deve adotar como sendo a padrão, ou seja, há uma regulação linguística, a que o indivíduo deve se adequar, seja por mimetismo linguístico por meio da imitação de uso de um infragrupo ou mesmo de um grupo seja por respeito pelo uso de um infragrupo tido como o melhor. De acordo com Corbeil (2001, 178), regulação linguística pode ser entendida como

O fenômeno pelo qual os comportamentos linguísticos de cada membro de um grupo ou de um infragrupo dado são moldados no respeito a uma certa maneira de fazer sob a influência de forças sociais que emanam do grupo ou de seus infragrupos.

A regulamentação linguística é um fator predominante no contexto social, pois dita as regras da escrita tida como o padrão ideal, não considera a língua falada, e ainda serve de modelo para padrões desejáveis da língua. É um processo de enculturação, através da aquisição da língua como um modelo real de comportamento linguístico, como se o sujeito fosse induzido a seguir este padrão e deixasse de fora as suas raízes culturais.

Entretanto, a regulação linguística visa estabelecer uma compatibilidade entre os grupos sociais que possuem suas especificidades, o que, em outras palavras, significa que possuem suas próprias normas sociais e/ou regras, para que por meio da comunicação possa haver a intercompreensão entre os componentes do grupo, fazendo com que haja aceitação das diferenças individuais. Se os comportamentos dos indivíduos bem como o comportamento linguístico fossem livres de restrições, essas liberdades pessoais poderiam romper a possibilidade de comunicação com os outros membros da comunidade.

O autor demonstra como os elementos de uma teoria da regulação linguística preparam o sujeito para a realidade social. Os indivíduos terão que seguir um modelo linguístico, que, ao mesmo tempo, estrutura a sociedade e a variação linguística, revelando, assim uma prática de regulação linguística e organização social e política da sociedade. A personalidade, a bagagem cultural e linguística do

sujeito são determinadas pela regulação linguística. Isto ocorre porque, desde a infância, a pessoa é exposta a determinadas regras para que as siga e, desse modo, é moldada no respeito por essas regras sob a influência de um contexto social ou de grupo e, quando chega à fase adulta, este mesmo ser será regido pela norma do ambiente profissional.

Percebemos que o conceito fundamental da cultura é configurado como comportamento aprendido, cujos recursos são adquiridos nas relações de grupo e compartilhados futuramente com outros setores da sociedade. Entretanto, a regulação linguística é um conceito aprendido, organizado e sistematizado na aprendizagem escolar como parte integrante do processo de aquisição da língua e do modelo real de comportamento social. A criança começa a perceber que a gramática diverge na fala e os inúmeros interlocutores não falam o mesmo dialeto. Passa a observar os vários grupos com os quais mantém relação seja familiar, escolar ou social e reconhecer que cada grupo tem uma norma linguística. Podemos então dizer que a regulação linguística norteia os indivíduos da sociedade a seguirem um padrão de comunicação que seja capaz de estabelecer uma relação em que possa haver a comunicação.

Ao estudar o conceito de regulação linguística apresentado por Corbeil (2002) podemos perceber algumas semelhanças e diferenças com o conceito de capital linguístico de Bourdieu (1977). Regulamentação linguística diz respeito às regras e padrões da linguagem a serem utilizadas na escrita sendo desconsiderada a fala e as questões culturais que envolvem o sujeito (CORBEIL, 2002). Já na discussão acerca do capital linguístico são evidenciadas as experiências sociais seja no âmbito familiar, escolar ou social, sempre avaliando os aspectos culturais do indivíduo que influenciam sua linguagem (BOURDIEU, 1977). Desse modo, segundo Corbeil (2001, p.200).

A variação linguística é vivida de uma maneira diferente de uma sociedade para a outra, conforme o sistema de valores de cada uma e mais precisamente conforme seu ideal linguístico. Pois a comunidade linguística em seu conjunto é unificada por um conjunto comum de normas.

Segundo Bagno (2001, p.108), "A permanência e o poder da escrita são tamanhos que em algumas sociedades o padrão escrito tem tido influência em

moldar novos padrões de fala."Atualmentessão tidas como cultas as pessoas que dominam a norma-padrão, possuem nível superior e pertençam a uma classe social considerada abastada. Assim,

O paradoxo de uma língua de grande difusão é integrar a variação sempre respeitando uma norma unificadora. O paradoxo parece se resolver mais comodamente no exercício da língua pelos falantes do que nas reflexões daqueles que falam dela oficialmente (CORBEIL, 2001,p. 201).

Como podemos observar em linhas anteriores, é difícil a relação entre a língua escrita e a falada, uma é coadjuvante da outra. Não tem como negar que, para um indivíduo ser compreendido e aceito em um determinado grupo, ele terá que apresentar um comportamento e seguir um padrão normativo para que possa estabelecer sua comunicação. Quando o sujeito faz uso do seu dialeto, ele muitas vezes é mau visto, pois utiliza um padrão coloquial o que faz com que esta pessoa seja, algumas vezes, excluída, marginalizada devido ao fato de sua bagagem cultural não servista como ideal.

É o que Bourdieu(1977) chama de mercado lingüístico, através da discussão de inúmeros aspectos da língua para mapear seu funcionamento a partir de séries causais independentes em relação a certos mercados, o que significa dizer "que uma língua vale o que valem aqueles que a falam, isto é, o poder e a autoridade, nas relações de forças econômicas e culturais, dos detentores da competência correspondente" (p.10-11).

Propomos explorar as questões que leva o indivíduo a se organizar neste convívio de acordo com as normas estabelecidas, a necessidade de interação e pelo prestígio alcançado pela função do uso correto e coerente da regulação lingüística, mas sem desconsiderar seu capital lingüístico.

CAPITULO III

NORMA E VALORIZAÇÃO SOCIAL

Existem várias normas linguísticas em qualquer sociedade e a escolha de uma ou outra norma depende do contexto em que o falante se encontra. Contudo, algumas são mais respeitadas ou prestigiadas e outras desprestigiadas e vistas como erro. Há casos em que determinadas pessoas recebem um pré-julgamento sobre sua classe social bem como sobre seu grau de instrução, apenas pelo fato de não se apresentar bem vestido ou por, ao se comunicar, realizar tal tarefa usando uma norma desprestigiada. Esse julgamento acontece até mesmo em situações cotidianas e corriqueiras. O que se tem em mente é que pessoas de boa índole e cultas se vestem adequadamente e falam a norma-padrão.

(...) a língua é feita para comunicar, portanto, para ser compreendida, decifrada, que o universo social é um sistema de trocas simbólicas e a ação social um ato de comunicação.
(BOURDIEU, 1977, p.2:)

Entretanto, para que a língua seja compreendida, deve-se estabelecer regras ou normas para seu uso ou registro. Para Faraco (2002, p.47), "a função básica de um padrão de linguagem é estimular, pelo menos na escrita, uma relativa uniformização linguística num amplo e diversificado espaço sociocultural" e acrescenta que, numa sociedade como a brasileira, serviria para garantir uma base de comunicação supra-regional, transtemporal e multifuncional. Isso justifica o fato de a escola privilegiar o trabalho com a norma-padrão, visto que a norma falada não serve como modelo de escrita. É importante que não se confunda norma coloquial com a culta, essas duas variações são bem distintas em sua função e entendimento na comunicação entre as diversas classes sociais existentes.

Durante a coleta de dados para este trabalho, pudemos observar algumas indagações acerca da linguagem tida como padrão ideal e padrão real, bem como suas divergências sociais entre o que se espera da linguagem do sujeito e o uso dos dialetos, que, na maioria dos casos, são recursos de comunicação entre as comunidades. Alguns itens foram elencados como:

- Contexto social
- Cultura
- Dialeto
- Grau de escolaridade
- Profissão

Em visita a um estabelecimento públicolocalizado na Praça Barão, no município de Cáceres, constatamos a presença de diferentes normas. As pessoas que se identificam como guardadores de carros usam uma norma desprestigiada o que me levou supor que possuem um grau de escolaridade baixa, talvez apenas o ensino fundamental. As pessoas que freqüentam esse local visando apenas ao entretenimento possuem um maior grau de escolaridade, a considerar a norma usada por eles, além de se vestirem bem e adotarem uma postura diferenciada da dos guardadores.

Assim, dentre os pontos elencados e registros executados, podemos relatar que o contexto social tem como característica a condição social e a infraestrutura do local onde este sujeito está inserido, as questões de moradia, situação econômica, acesso à educação e a classe social a qual pertencem. Portanto, quando nos referimos à cultura, remetemo-nos à origem do indivíduo, seus costumes, linguajar, regras de convivência e comportamentos, bem como a bagagem cultural que esta pessoa traz consigo. Procuramos verificar a relação entre esses aspectos culturais e a norma escolhida.

Devemos lembrar que o conceito de norma usado nesse trabalho é o apresentado por Coseriu (1967): modalidade linguística considerada normal, ou seja, com regularidade e frequência de uso. Na norma que cada pessoa usa como recurso para comunicar entre si e com as demais realidades sociais, bem como as relações estabelecidas na interação do sujeito com seu vocabulário próprio muitas vezes característico de uma cultura, onde o emissor ou um receptor tendem a seguir regras de comunicação e tais regras serão determinadas pela norma linguística.

Nas inserções em um espaço social onde o grau de estudo ou conhecimento é maior, o sujeito fica limitado a esse conhecimento ou interação. Essa delimitação surge como uma seleção natural da sociedade, onde só são apreciadas pessoas da

elite ou as consideradas cultas, detentora de um grau de conhecimento mais elevado e com comportamento condizente com o padrão social. Ou seja, a profissão ou função que o indivíduo ocupa na sociedade é um fator determinante na distinção de classe a que o sujeito pertence. E ainda depende do seu papel social e da linguagem que o mesmo faz uso e que o fará ser inserido ou marginalizando em uma sociedade.

No levantamento dos dados, pudemos observar que a situação dos guardadores de veículos deixa evidente a variação linguística. Foram entrevistados três guardadores de carros, que serão denominados g1, g2 e g3 e, ainda e três motoristas que serão denominados m1, m2, m3. Entre os guardadores aparecem frases como: "É porque tô desempregado... o que tiver pra mim fazer eu faço" (g 1), ou "Rapaz vô falar pro cê..." (g2). Já entre os motoristas percebe-se uma elaboração diferente como nos exemplos que seguem: "Todas as vezes que eu venho estacionar aqui eu sou abordado, e a minha reação é de indignação" (m1) ou "Pra mim eles ainda não impuseram taxa, [...] mas que eles ficam irritados sinalizando quando é um valor pequeno." (m2). Trata-se, portanto, de um local de grande circulação de pessoas com as mais diversas características sociais. Para coletar as informações necessárias, foi adotado um questionário e é através dele que torna possível averiguar as variações linguísticas e suas especificidades.

De acordo com Bourdieu (1977, p.5-6), "A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas também um instrumento de poder. Não procuramos ser somente compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos." Assim, ao realizar as entrevistas com algumas pessoas que trabalham como guardadores de carros neste estacionamento público e com os motoristas abordados por eles, procuramos ver essa relação entre capital linguístico e regulação linguística.

Osguardadores não usam a norma-padrão e, sim, a norma desprestigiada. Apesar de não ser o foco do trabalho, para maior esclarecimento apresentaremos algumas comparações da norma usada pelos dois grupos pesquisados.

Quanto à escolha lexical, verifica-se maior riqueza no grupo dos motoristas, com o uso de palavras como, indignação, disponibilizar, ação predatória, agressão moral, valor insignificante (m1), irritados, sinalizando, valor pequeno, colabora,

agradável (m2), abordado, chateados, intimidados (m3). Já no grupo dos guardadores constam palavras relacionadas ao contexto mais imediato como desemprego, trabalho, droga, serviço. A palavra "futilidade", usada por g2, é uma impropriedade vocabular, pois o sentido pretendido não corresponde ao que consta no dicionário.

Outro aspecto em que notamos diferença foi na organização sintática. Na fala dos guardadores de carro que predominam as orações coordenadas assindéticas, como em "Não é lucrativo, é devagar, mas tá me servindo..." (g1), não gosto de ficar assim, gosto de ter uma coisa de serviço fixo, mas não tem [...] não é lucrativo, é devagar, mas tá me ajudando certo? [...](g3), em que as orações assindéticas são seguidas de uma adversativa, iniciada pela conjunção mas, ou apenas a assindética sem a adversativa no final, como em: "... e não é lucrativo, dá pra sobreviver"(g2). Nesse exemplo, apesar da idéia de adversidade, não aparece a conjunção. As orações subordinadas usadas foram as adverbiais condicionais como em: "*se eu fô pedi não dá, se fôroubá, vou preso*" (g1) e "*se não tiver serviço, a gente fica até a hora da morte, entendeu?*"(g2). Isso não se caracteriza como um problema, uma vez que na fala costuma predominar a coordenação, mas deixa claro uma norma não pautada na escrita.

Contudo, na fala dos motoristas aparece uma diversidade maior de construção, o que aponta para uma fala que tem como modelo a escrita: "*eu me sinto incomodado porque sou obrigado a disponibilizar de algum recurso, para que não haja nenhuma ação predatória em cima do veículo ou até mesmo algum tipo de agressão verbal ou moral que possa acontecer. Eles não impõem taxa, mas ficam chateados quando é um valor insignificante*"(m1). Na fala de M2 apareceu construção como "*na hora de sair a gente colabora quando sobra*", "*mas que eles ficam irritados sinalizando quando é um valor pequeno*" e, ainda, em M3: "*e como são pessoas que não têm certo conhecimento muitas vezes acaba usando da forma mais grossa que eles têm pra tentar intimidar você*", "*e se você não dá algum valor ou quantia a eles, eles ficam chateados te provoca*". Chama a atenção, na fala dos motoristas, a construção de orações subordinadas e adjetivas, além das coordenadas sindéticas e assindéticas, predominantes na fala dos guardadores. Muitos outros aspectos sintáticos, morfológicos e fonéticos poderiam ser elencados e analisados, mas fugiria o objetivo do trabalho

Devemos ter em mente que, para ocorrer uma comunicação por meio da linguagem, é necessário que se estabeleça um diálogo entre duas pessoas e ainda não esquecer que “Toda língua comporta variações de duas ordens: em função do falante e em função do ouvinte.” (Aryon, 2002, p. 11-12).

Em “*eu não gostaria não, porque eu queria **arrumá** um emprego pra mim **trabaiá**,*” (g1), percebemos que esses cidadãos realizam tais tipos de trabalhos por não haver oferta de empregos para quem não possua certo grau de estudo. A cidade de Cáceres, embora seja uma cidade universitária, não dispõe de indústrias, fábricas ou grandes empresas, o que acomoda o poder público a não definir uma política de geração de empregos, e, portanto, a não oferecer alternativas de emprego, principalmente para aquelas pessoas que não têm nenhuma qualificação, uma vez que são de classe menos favorecida, e muitas vezes têm que deixar os estudos para ajudar no orçamento familiar. Ao fazermos uma análise da fala do guardador observamos que a norma-padrão não é usada, como pode ser comprovado no uso da dupla negativa “eu não gostaria não” ou no uso de “pra” em vez de “para”.

O indivíduo que não se porta de acordo com os padrões sociais pré-estabelecido é visto muitas vezes como marginal ou leigo, ignorante desprovido de conhecimento. Devemos considerar, porém, que estes indivíduos têm uma origem social e linguística em que a regulação linguística constrói barreiras e institui um regulamento e um padrão linguístico que contempla somente a classe social privilegiada, constituída de pessoas com grau de ensino mais elevado ou possuidor de curso superior.

Ao analisarmos outro trecho da entrevista feita com um guardador de carro, percebemos que ele faz uso de uma linguagem não padrão, ou seja, informal. “*isso aqui pra mim é um “**quebra gaio**”, eu tô sem fazer nada... não **vô roubá**, vou é tentar a vida, se eu **fô pedi** não dá, se **fôroubá** vou preso, vou tentá minha vida, num vô fazer coisa errada.*” (g1). O locutor realiza um diálogo e o receptor entende a comunicação, uma vez que a língua foi usada de forma funcional. Nesse sentido, percebemos as diferentes normas como questão da natureza sociológica, ou seja, temos de considerar o sujeito como um todo e não esperar sempre uma fala pautada

na escrita, mas observar também sua cultura, que é evidenciada na fala cheia de simbologias.

Nas escolas é ensinada a norma-padrão, que deve ser observada e seguida integralmente, por quaisquer pessoas que escrevam e que pertençam a determinados meios sociais. Não devemos esquecer que é importante conhecer e dominar a norma-padrão para usá-la em ambientes e situações em que outras normas são desvalorizadas.

Entendemos que a linguagem utilizada pelo indivíduo é responsável pela inserção, permanência e classificação social do sujeito na sociedade. Não podemos, por isso, esquecer que o ambiente sociocultural determina o nível da linguagem a ser empregado, ou seja, o vocabulário e a forma de organizar a mensagem sofrem mudanças e alterações conforme o local e as pessoas envolvidas no discurso. A padronização e a regulação lingüística têm o intuito de garantir uma base comunicativa e estabelecer relação de sentido para haver entendimento no diálogo com o outro.

O uso de diferentes normas é facilmente observável nas falas dos usuários do estacionamento público. Notamos isso nas perguntas feitas aos motoristas, quando perguntamos o ponto de vista com relação aos guardadores/moradores de ruas. *"Todas as vezes que eu venho estacionar aqui eu sou **abordado, e a minha reação é de indignação**, até porque eu acredito numa praça pública não há a necessidade de guardadores, porque são pessoas que vem pro seu lazer [...] eu me sinto incomodado porque sou obrigado a disponibilizar de algum recurso, **para que não haja nenhuma ação predatória em cima do veículo ou até mesmo algum tipo de agressão verbal ou moral que possa acontecer. Eles não impõem taxa, mas ficam chateados quando é um valor insignificante.**" (m1).* Nota-se nessa resposta, uma escolha lexical cuidadosa, uma organização sintática pautada na escrita, com períodos longos e completos e ainda concordância verbal e nominal como em "Eles não impõem taxa, mas ficam chateados".

Nas entrevistas, notamos que o linguajar usado pelos motoristas diverge da dos guardadores. Essa diferença denota um maior grau de escolaridade e maior poder aquisitivo o que confirma o conceito de norma como fator de identificação de determinado grupo, ou, nas palavras de Faraco (2002, p.39) "norma [...] não pode

ser compreendida apenas como um conjunto de formas lingüísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas." As situações em que se encontra o indivíduo bem como sua bagagem cultural determinam que norma deve utilizar.

A realidade mostrada nas entrevistas traz sutilezas do falar, que muitas vezes é visto de uma forma pejorativa, sendo o indivíduo analisado pelo comportamento e pelo linguajar utilizado, bem como por sua classe social.

Outro exemplo em que podemos observar que os dialetos variam é a resposta seguinte, embora o indivíduo seja de uma classe mais favorecida. Observemos: **"Já fui abordado por esses guardadores, qualquer um que chega aqui é abordado, [...] a gente fica naquela de... sabe se eles estão fazendo isso muitas das vezes né, não é porque eles querem, é que de certa forma não arruma outra ocupação pra conseguir algum dinheiro e eles acabam fazendo isso... e como são pessoas que não têm certo conhecimento muitas vezes acaba usando da forma mais grossa que eles têm pra tentar intimidar você, pra você aceitar que eles cuidem de seu carro, né. Comigo eles não colocaram um valor... mas você sempre fica sempre naquela coisa se você não deixar eles podem vim e riscar o carro e fazer alguma coisa, porque geralmente é o que acontece se você não deixa eles cuidar, né, ou se na hora que você vai embora você pode ter algum problema... e se você não dá algum valor ou quantia a eles, eles ficam chateados te provoca."** (m3). A fala desse entrevistado não é pautada na escrita. A expressão fática "né" foi usada reiteradas vezes, bem como o uso de "você" como forma de indeterminar o sujeito. Aparece também "pra" em vez de "para" e "vim" em vez de "vir", mas que de certo ponto seu grau de conhecimento é mais elevado em relação ao dos guardadores.

A marginalização do indivíduo em algumas situações nos faz refletir em até que ponto o padrão ideal interfere no real ou no quanto algumas relações podem ser prejudicadas apenas pelo fato de a norma usada não atender as expectativas idealizadas pelo receptor. O emissor deixa de fazer uso de um padrão ideal da língua e utilizar o padrão real que leva em consideração o linguajar cultural adquirido no seu grupo social. Espera-se que todos possam escolher a língua funcional adequada ao momento de enunciação, além de se portar e falar adequadamente.

Como se pode notar, a partir norma escolhida, é feito um prejulgamento sobre a classe ou grupo social a que o indivíduo pertence e sobre o grau de instrução.

Compreender a complexidade das relações exige dedicação e estudo, já que o estilo linguístico não serve apenas para estabelecer uma comunicação, mas contribui para ter acesso a outros espaços sociais. Assim a língua é usada também com o intuito de marginalizar, ou, nas palavras de Gnerre (1998, p.22) "constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder."

Precisamos entender e considerar situações onde é possível haver uma comunicação com o linguajar popular e situações em que exigem do sujeito comportamento e o uso formal da linguagem, para estabelecer uma organização não apenas da linguagem, delinear parâmetros sociais adequados a situações cotidianas e sociais.

É o que Bourdieu vai denominar de capital lingüístico, onde a língua, ou melhor, a capacidade linguística vai ser compreendida por competências, que é "a capacidade de engendramento infinito de discurso gramaticalmente conforme" (Bourdieu, 1977, p. 2). O que vale dizer que essa língua não pode ser automatizada, ou seja, suas condições sociais de constituições ou de funcionamentos como a capacidade de produzir frases cientemente adequadas como o ato de escrever, não deve ficar somente na escrita, isso é, ela é para ser falada e receber todas as funções práticas possíveis.

Para se estabelecer um bom diálogo, não basta ter uma boa oratória, ou realizar a fala em conformidade ou se adequando ao padrão ideal ou normativo, não basta ter somente o domínio da gramática, tem que ter acima de tudo "o domínio das condições de utilização adequada das possibilidades infinitas, oferecidas pela gramática." (Bourdieu, 1977, p 3). Vemos então que a língua tem o seu caráter social e permite aos membros de determinada comunidade a possibilidade de comunicação.

A formação de uma nação, no caso a nossa, é composta por divergências linguísticas visíveis. Dentro da comunidade não existe uma aceitação das diferenças, assim, a língua torna-se responsável pelo preconceito social e, nessa dimensão, o preconceito linguístico apresenta um efeito particularmente impregnado

de negatividade em relação ao modo de falar e de se portar do indivíduo. Nesse sentido, o indivíduo ignora as relações de produção estabelecidas, às vezes por total ignorância ou por não compreender e ou reconhecer o sentido e as particularidades da língua. Pois.

Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular. Produto da neutralização das relações sociais práticas nas quais ela funciona, a palavra – em todo caso, a do dicionário – não tem nenhuma existência social: na prática, ela só existe submersa nas situações, a tal ponto que a identidade da forma através da variação das situações pode passar despercebida." (Bourdieu, 1977, p 4).

Durante as entrevistas, pudemos observar que, no contexto social, as pessoas reagem de forma consensual no momento em que se refere às questões relacionadas à posição ocupada pelos guardadores de carros. De certa forma, posicionavam-se de maneira a não aceitar as pessoas que realizam esse tipo de trabalho, o que pode ter como fator determinante neste comércio linguístico a postura adotada pelos guardadores, ou seja, o uso de uma norma socialmente desprestigiada. Assim, a estrutura da relação dessa produção linguística depende em muito das relações de forças simbólicas entre os locutores, o que em outras palavras, depende da força de autoridade, da capacidade de se fazer escutar, pois, "A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder." (Bourdieu, 1977, p 5-6).

Percebemos, ainda, que os guardadores de carros falam habitualmente de um mesmo modo e ainda adotam quase sempre uma mesma postura. Isso implica dizer que há entre eles uma norma que indica a melhor maneira de dizer e se comunicar dentro do seu grupo. Os usuários do estacionamento público, por sua vez, pertencem à outra classe social que também tem seu modo de comunicar adquirido por influência de aspectos geográficos, históricos e sociais de sua comunidade. No diálogo entre os guardadores com os motoristas ocorre então uma variação de linguagem, ou seja, maneiras diferentes de dizer a mesma coisa. Para Bourdieu (1977)

O discurso é uma formação de compromisso resultante da transação entre o interesse expressivo e a censura inerente às relações de produção linguísticas particulares (estrutura da interação linguística ou campo de produção e de circulação especializado) que se impõe a um locutor dotado de uma competência determinada, isto é, de um poder simbólico mais ou

menos importante sobre essas relações de produção. (Bourdieu, 1977, p 9).

Porém, dependendo do lugar em que se encontram, tanto o emissor como o receptor podem receber diferentes valores de mercado, ou seja, varia conforme o mercado em que o sujeito está inserido. Assim, há uma necessidade de defender esse capital linguístico que se encontra ameaçado e trazer consigo o conjunto das condições sociais de produção e reprodução em que estão inseridos tanto os locutores quanto os receptores, pois, "uma língua vale o que valem aqueles que a falam, isto é, o poder e a autoridade, nas relações de força econômicas e culturais, dos detentores da competência correspondente. (Bourdieu, 1977, p 10-11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as variações lingüísticas nos faz perceber o quanto a língua tem relação com as questões culturais e sociais. A norma culta determina como são ditadas as regras que são usadas principalmente por uma parte da sociedade com um grau de instrução maior e que entende a necessidade de instituir uma linguagem padrão.

Notamos, ainda, que o dialeto está presente no cotidiano de várias comunidades como se fosse uma particularidade de cada povoado. Como pode ser observado, a língua falada não tem as mesmas regras da escrita, entretanto constitui a identidade de uma dada comunidade, uma vez que possibilita ao sujeito falante ter acesso a uma realidade, assim, ser inserido na sociedade ou ficar à margem dela. Isso vai depender da pronúncia, normas e situações que diferem dos ambientes sem que o indivíduo faça parte.

Falar bem não é apenas seguir regras gramaticais, mais ter personalidade e impor-se adequadamente em situações que exigem de você formalidade. A vida em sociedade e o acesso a ambientes sociais são demarcados sim pela norma linguística formal, é ela quem delega ao sujeito suas funções sociais e organiza de forma clara e objetiva as várias extensões de convivência seja ela profissional familiar ou social. Notamos na entrevista que as escolhas lexicais, morfológicas e sintáticas decorrem de um maior ou menor acesso à escrita. Os guardadores usam uma norma desprestigiada o que pode concorrer para o preconceito com eles. Já os motoristas uma norma pautada na escrita o que, por si, já os coloca em situação de maior aceitação na sociedade.

Nota-se, portanto, que o preconceito linguístico é, antes de mais nada, um preconceito social. As pessoas, como vivem forma diferente, gravam nas suas falas a marca de sua classe.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, S. (2001). Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: Bagno, Marcos (org.). **Norma Linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola.
- BAGNO, Marcos [Org.]. **Linguística da Norma**. Ed. Loyola. São Paulo, 2002.
- BAGNO, Marcos. (Org.) **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **L'économiedeséchangeslinguistiques**. *Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. 1998.
- CASTILHO, Ataliba Teixeirade. Variação Dialetal e Ensino Institucionalizado da Língua Portuguesa. In: BAGNO, Marcos [Org.]. **Linguística da Norma**. Ed. Loyola. São Paulo, 2002.
- CORBEIL, J. Elementos de uma teoria da regulação lingüística. In: BAGNO, Marcos. (Org.) **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001, p. 175-201.
- COSERIU, Eugenio. **Teoria Del Lenguaje y Linguística General: Cinco Estudios**. Biblioteca RománicaHispánica. Editorial Gredos S.A., Madrid, 1967.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002. P. 37-61.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ILARI, Rodolfo. **A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa**. Martins Fontes, 4ª Ed. São Paulo, 1992.
- LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos [Org.]. **Linguística da Norma**. Ed. Loyola. São Paulo, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 2006

ANEXO

PERGUNTAS FEITAS AOS MORADORES/GUARDADORES DE CARROS E AOS USUARIOS DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO

A. Porque você faz esse tipo de serviço? É bom? É lucrativo?

1. **É porque tô desempregado...** o que tiver pra mim fazer eu faço... **não gosto não**, ... gosto de ter uma coisa de serviço fixo, mas não tem. **Não é lucrativo, é devagar, mas tá me servindo...** (Entrevistado 1). (grifos meus)
2. Rapaz vô falar pro cê... **não é muito bom entendeu?** pra homem ficar nesse jeito né, nessa futilidade né, mas a gente prefere pedi a cuidar carros, que roubar e matar e caí na cadeia, entendeu? Quem tem família sabe o que faz né, no meu caso tenho um casal de filhos... **a gente tava sem serviço entendeu?** Geralmente quem faz essa atividade é quem passa dificuldade, quem tem família, quem vem de fora... **e não é lucrativo, dá pra sobreviver.**

(Entrevistado 2). (grifos meus)

3. **“É porque tô desempregado [...]** sou viciado em droga e alcoólatra... depois com o tempo deixei a droga e fiquei no álcool [...] **não gosto de ficar assim**, gosto de ter uma coisa de serviço fixo, mas não tem [...] **não é lucrativo, é devagar mas tá me ajudando certo?** [...]. (Entrevistado 3) (grifos meus)

B. Você gosta do que faz?

4. [...] **eu não gostaria não**, porque eu queria arrumá um emprego pra mim trabaiá, isso aqui pra mim é um **“quebra gaio”**, eu tô sem fazer nada... **não vô roubá**, vou é tentar a vida, se eu fô pedi não dá, se fôroubá vou preso, vou tentá minha vida, num vô fazer coisa errada. (Entrevistado 1). (grifos meus)
5. [...] **se não tiver serviço a gente fica até a hora da morte**, entendeu? Porque a gente tem família, **a gente não vai roubá**, entendeu? Pra manter as crianças da gente... a gente tem que trabalhar honestamente, entendeu? Civilizado e tranquilamente. (Entrevistado 2). (grifos meus)
6. [...] rapaz, **eu não gostaria não, mas eu não vou roubá**, vou ficar aqui até alguém olhá por nós, eu tenho que comer e beber, certo? (Entrevistado 3). (grifos meus)

C. Qual seu ponto de vista com relação aos guardadores/moradores de ruas? Qual o valor cobrado?

7. Todas as vezes que eu venho estacionar aqui eu sou abordado, **e a minha reação é de indignação**, até porque eu acredito numa praça pública não há a

necessidade de guardadores, porque são pessoas que vem pro seu lazer [...] eu me sinto incomodado porque sou obrigado a disponibilizar de algum recurso, **para que não haja nenhuma ação predatória em cima do veículo ou até mesmo algum tipo de agressão verbal ou moral que possa acontecer.** Eles não impõem taxa, **mas ficam chateados quando é um valor insignificante.** (Entrevistado 1). (grifos meus)

8. Há [...] **não é muito agradável porque a gente mal encosta o carro o pessoal já vem e na hora de sair a gente colabora quando sobra, quando não sobra eles ficam irritados que a gente não deu nada, como se a gente tivesse a obrigação de dar alguma coisa.** Pra mim eles ainda não impuseram taxa, [...] **mas que eles ficam irritados sinalizando quando é um valor pequeno.** (Entrevistado 2). (grifos meus)
9. Já fui abordado por esses guardadores, qualquer um que chega aqui é abordado, [...] **a gente fica naquela de...sabe se eles estão fazendo isso muitas das vezes né, não é porque eles querem, é que de certa forma não arruma outra ocupação pra conseguir algum dinheiro e eles acabam fazendo isso... e como são pessoas que não têm certo conhecimento muitas vezes acaba usando da forma mais grossa que eles têm pra tentar intimidar você, pra você aceitar que eles cuidem de seu carro, né.** Comigo eles não colocaram um valor... **mas você sempre fica sempre naquela coisa se você não deixar eles podem vim e riscar o carro e fazer alguma coisa,** porque geralmente é o que acontece se você não deixa eles cuidar, né, ou se na hora que você vai embora você pode ter algum problema... **e se você não dá algum valor ou quantia a eles, eles ficam chateados te provoca.** (Entrevistado 3). (grifos meus)